

1. INTRODUÇÃO

A **WLM Indústria e Comércio S.A.**, está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social “**WLM**” ou por “**Companhia**” e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

CONTROLADAS E COLIGADAS	NOME FANTASIA
Controladas operacionais Equipo Máquinas e Veículos Ltda. Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. Fartura Agropecuária S.A. Itapura Agropecuária Ltda. Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Equipo Itaipu Quinta Roda Itaipu Norte Fartura Itapura São
Controladas descontinuadas Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	Superágua Sumasa
Coligadas descontinuadas Metalúrgica Plus S.A. Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Metalplus Plenogás

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A **WLM Indústria e Comércio S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200 – 19º andar - Flamengo, registrada na **BM&F Bovespa** desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

SEGMENTO AUTOMOTIVO – através de uma rede de dezesseis concessionárias de veículos da marca **Scania**: **Equipo** (*Rio de Janeiro*), **Itaipu** (*Minas Gerais*), **Quinta Roda** (*São Paulo e Minas Gerais*) e **Itaipu Norte** (*Pará e Amapá*), todas com a certificação mundial **D.O.S. (Dealer Operating Standard)** - **Scania**, pela excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente, a Companhia atua no seu principal negócio que é a comercialização de caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO – com fazendas em diversos estados do Brasil, dedicadas ao agronegócio, a WLM atua por meio da **Fartura** (Sul do Pará) e **São Sebastião** (Norte do Mato Grosso) na bovinocultura de corte; através da **Itapura** (região de Campinas/SP) na bovinocultura de leite e corte; e **Itapura** (Sul de Minas Gerais) na cafeicultura. Todas as atividades produtivas são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas do IFRS apresentadas nas informações consolidadas somente quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, ao invés de custo ou valor justo, conforme permitido pelo IFRS.

Dando cumprimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM 480/09, a diretoria executiva da Companhia declara que procedeu a revisão, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes, encaminhando em seguida para o Conselho de Administração que autorizou a sua emissão em 05 de março de 2012.

3.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos (aplicações financeiras), em moeda estrangeira, no fechamento do período são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem característica de disponíveis para venda e estão registradas acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização.

e) Quotas de consórcio

Quotas de consórcio adquiridas, substancialmente, de seus clientes que não conseguem dar continuidade ou não têm mais interesse em adquirir os veículos objeto do consórcio.

f) Imposto de renda e contribuição social

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo: 15% acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesa, temporariamente não dedutível, ou exclusões de receita, temporariamente não tributável, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários.

g) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor de mercado ou de realização.

h) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente.

Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado.

A contrapartida da adoção inicial do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida na conta de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

i) Operações com partes relacionadas (ativo não circulante e passivo circulante)

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados, em sua maior parte, pela variação da taxa SELIC.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

A Companhia registra provisão para passivo a descoberto, apresentado na rubrica de “outros passivos circulantes” para os investimentos em empresas coligadas cujo patrimônio líquido encontra-se negativo no final de cada exercício.

k) Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna o seu custo para a contabilização subsequente.

l) Ativos arrendados

Os ativos arrendados são medidos pelo justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

m) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil.

n) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*).

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado de “terras” e “veículos”, com base na adoção do custo atribuído (*deemed cost*).

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 19.

o) Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

p) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

q) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

r) Dividendos a pagar

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia seguiu conforme estabelecido no art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social. Dessa forma, registrou a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, este apresentado no passivo circulante no grupo “Dividendos a pagar”, conforme divulgado na nota explicativa 23.

s) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em demandas judiciais de natureza tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base na opinião de seus consultores jurídicos. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários e cíveis estão descritos na nota explicativa 25.

t) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão registrados ao seu valor justo, acrescido, quando aplicável, pelos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Estão mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado; investimentos mantidos até o vencimento; recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda; e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

u) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

v) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

w) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, conforme a seguir:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (<i>"Consolidated Financial Statements"</i>). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (<i>"Joint Arrangements"</i>). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (<i>"Disclosure of Interests in Others Entities"</i>). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (<i>"Fair Value Measurements"</i>). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (<i>"Presentation of Items of Other Comprehensive Income"</i>). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (<i>"Employee Benefits"</i>). A nova versão do IAS 19 elimina o método do corredor para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (<i>"Disclosures Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities"</i>). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (<i>"Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures"</i>). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam, também, a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; realização dos créditos tributários diferidos; provisões para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; avaliação do valor justo dos ativos biológicos; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 36.

Empresas controladas	Participação no capital subscrito e integralizado	
	2011	2010
Operacionais		
Equipo	100,00	100,00
Itaipu	100,00	100,00
Quinta	100,00	100,00
Itaipu Norte	100,00	100,00
Fartura	99,16	99,16
Itapura	100,00	100,00
São Sebastião	100,00	100,00
Descontinuadas		
Superágua	100,00	100,00
Sumasa	100,00	100,00

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- a) das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

6. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31, a Companhia esta apresentando em linha separada na demonstração do resultado do exercício, o resultado das operações descontinuadas.

A WLM possui duas empresas controladas com operações descontinuadas:

· *Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.*

Constituída originalmente para a execução de um projeto de manejo sustentável para exploração do comércio e indústria de madeiras devidamente aprovado pelo IBAMA, por opção da Companhia, teve as suas atividades adiadas devido a questões de mercado e ambientais; e

· *Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.*

Explorava as atividades de envase e comercialização de águas minerais das marcas CAXAMBU, LAMBARI, ARAXÁ e CAMBUQUIRA, e encerrou suas atividades em junho de 2005, estando a sua extinção sujeita ao encerramento de todas as demandas e questões de natureza fiscal e judicial.

O resultado negativo das operações descontinuadas (2011 - R\$ 260) e (2010 - R\$ 368), é totalmente atribuído a controladora.

Do resultado operacional de operações continuadas de R\$ 38.408 (2010 - R\$ 55.511), o montante de R\$ 38.154 é atribuível aos acionistas controladores (2010 - R\$ 55.122).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e fundos de investimentos.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	547	72	12.050	5.051
	547	72	12.050	5.051
MOEDA NACIONAL				
CDB Bradesco (CDI 99% a 102,30%)	26.056	33.049	26.056	33.049
Fundo Itaú-Unibanco (CDI 100%)		2.612		45.133
Fundo BMB (CDI 100%)			122	111
Fundo - Bradesco (CDI 100%)			16.943	20.831
	26.056	35.661	43.121	99.124
Fundos de Investimentos				
Real Santander (CDI 100%)	32.797	43.674	32.796	43.674
Itaú-Unibanco (CDI 100% a 102%)	47.745	25.230	74.656	25.230
	80.542	68.904	107.452	68.904
MOEDA ESTRANGEIRA				
Itaú-Unibanco Luxemburgo - Conta corrente		251		251
Itaú-Unibanco Luxemburgo - Brandywine Global	1.756	1.446	1.756	1.446
	1.756	1.697	1.756	1.697
Total de caixa e equivalentes de caixa	108.901	106.334	164.379	174.776

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, bem como a quotas de fundos de investimentos, possuem liquidez imediata sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates e os valores em moeda estrangeira correspondem a operações de depósitos bancários firmados em dólar e da mesma forma possuem liquidez imediata.

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 35.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<u>MOEDA NACIONAL</u>				
CDB				
BMB (CDI 100%) - vencimento dez/2011 a nov/2013	7.328	6.603	7.328	6.603
Itau-Unibanco (CDI 100% a 102%) - vencimento 11/2011	6.363		6.363	
	<u>13.691</u>	<u>6.603</u>	<u>13.691</u>	<u>6.603</u>
<u>MOEDA ESTRANGEIRA</u>				
Itaú-Unibanco Luxemburgo - CSN Island - vencimento jan/2015	1.008	916	1.008	916
Itaú-Unibanco Luxemburgo - GTL Trade Finance - vencimento jan/2015	1.077	983	1.077	983
	<u>2.085</u>	<u>1.899</u>	<u>2.085</u>	<u>1.899</u>
Total de aplicações financeiras	<u>15.776</u>	<u>8.502</u>	<u>15.776</u>	<u>8.502</u>

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e em moeda estrangeira classificadas nesse grupamento, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalentes de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgate antes do vencimento contratado a Companhia incorrerá em perda de rentabilidade, bem como no aumento da carga tributária.

Adicionalmente, a administração não tem a intenção de resgatar esses ativos em prazo igual ou inferior a 90 dias.

Ativos financeiros sujeitos a juros classificados como disponíveis para venda, com um valor contábil de R\$ 2.085 em 31/12/2011 (2010 - R\$ 1.899), possuem taxas de juros fixas de 9,92% a 12,87% (2010 – 9,43% a 10,88%) e vencimento em 1 a 2 anos.

Os ativos financeiros designados pelo valor justo, por meio do resultado, são títulos patrimoniais que de outra maneira seriam classificados como disponíveis para venda. A performance destes instrumentos patrimoniais é ativamente monitorada e são gerenciadas pelo seu valor justo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxa de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na nota explicativa 35.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

O quadro abaixo demonstra os valores que as empresas controladas têm a receber de seus clientes:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Equipo	5.895	5.260
Itaipu	39.312	27.026
Quinta Roda	9.031	20.694
Itaipu Norte	7.200	2.952
Superágua		41
Fartura		52
Itapura	60	23
São Sebastião	174	174
Subtotal	61.672	56.222
Provisão para devedores duvidosos		(41)
TOTAL	61.672	56.181

10. QUOTAS DE CONSÓRCIO - CONSOLIDADO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Equipo	563	412
Itaipu	1.138	1.056
Quinta Roda	8.743	9.671
Total	10.444	11.139

O saldo de R\$ 10.444 (2010 – R\$ 11.139) refere-se a quotas de consórcio adquiridas, substancialmente, de seus clientes que não conseguem dar continuidade ou não têm mais interesse em adquirir os veículos objeto do consórcio.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IRRF sobre aplicações financeiras	2.091	2.166	2.111	2.166
IRRF sobre mútuo	77	95	77	95
IRRF sobre juros de capital	955	701	955	701
Imposto de renda	185	196	240	445
Contribuição social	166	131	167	166
ICMS a recuperar			390	3.171
Outros		8	523	623
Total	3.474	3.297	4.463	7.367
Circulante	3.474	3.297	4.412	7.328
Não circulante			51	39

12. ESTOQUES - CONSOLIDADO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Caminhões e peças	22.269	43.915
Café	690	480
Material de consumo	96	280
Estoque de terceiro		1.100
Total	23.055	45.775

Os valores registrados como estoque de terceiro são remanescentes do contrato de parceria firmado entre a controlada Fartura e a *Vale Bonito Agropecuária S.A.*

Nos termos do contrato, a parceira contratada recebeu a cada período de um ano um total de 660 bezerros.

Neste exercício as parceiras resolveram de comum acordo encerrar o contrato, tendo a Fartura entregue todos os 660 bezerros e as 2.000 vacas, objeto deste e referentes a 2011.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS - CONSOLIDADO

CIRCULANTE		CONSOLIDADO	
Descrição		31/12/2011	31/12/2010
Rebanho em formação		3.294	2.487
Bezerras		1.437	1.867
Novilhas		1.731	1.490
Bezerros		1.947	2.307
Novilhos		902	581
Bois		943	888
Rebanho bovino		10.254	9.620
Rebanho equino			1
Total do circulante		10.254	9.621

NÃO CIRCULANTE		CONSOLIDADO	
Descrição	Taxa anual de depreciação	31/12/2011	31/12/2010
Touros	Até 10%	1.709	1.757
Tourinhos	Até 10%	615	617
Vacas	Até 10%	14.514	12.361
Rebanho bovino	Até 10%	16.838	14.735
Rebanho equino	Até 10%	40	55
Cultura permanente - café	Até 4%	650	727
Total do não circulante		17.528	15.517
Total dos ativos biológicos		27.782	25.138

O saldo dos ativos biológicos da Companhia está avaliado pelo valor justo considerando o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços praticados nas regiões onde estão localizados os ativos, volume de produtividade e tendência do mercado, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda seguindo as premissas em sua apuração:

- (i) Os preços do rebanho bovino, rebanho equino e cultura permanente são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área, no caso do rebanho bovino são considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.

- (ii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta “Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos”.
- (iii) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

14. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - CONTROLADORA

O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

	CONTROLADORA	
	31/12/2011	31/12/2010
<u>Dividendos</u>		
Equipo	3.000	
Itaipu	6.000	7.000
Quinta Roda	6.000	5.000
Itaipu Norte		5.200
Total	15.000	17.200
<u>Juros sobre o capital próprio</u>		
Equipo	688	633
Itaipu	2.082	1.271
Quinta Roda	1.522	1.101
Itaipu Norte	1.122	969
Total	5.414	3.974
Total proposto	20.414	21.174
Total recebido desde a proposição	(19.972)	(20.825)
Total a receber	442	349

15. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas em 31 de dezembro estão sumariados a seguir:

Empresas	CONTROLADORA			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Controladas				
Fartura	2.406	2.439		
Itapura	362	558		
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302		
Plenogás (*)			1.128	1.128
Total	3.070	3.299	1.128	1.128

(*) Coligadas não consolidadas.

Empresas coligadas	CONSOLIDADO			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Metalplus (*)	302	302		
Plenogás (*)			1.128	1.128
Total	302	302	1.128	1.128

(*) Coligadas não consolidadas.

Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. Em razão das obras que foram realizadas, com o objetivo de adequar as instalações do imóvel às suas necessidades operacionais, a locadora concedeu uma carência correspondente a 100% (cem por cento) dos alugueres nos meses de julho e agosto e 50%(cinquenta por cento) no mês de setembro de 2011. O valor do aluguel mensal pactuado é de R\$ 106, totalizando no exercício R\$ 371.

As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC.

As transações comerciais entre a Companhia e controlada Fartura, referem-se a locação da propriedade para investimento conforme descrito na nota 18.

A remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício de 2011, que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 9.148 (R\$ 9.084 em 2010), vede nota explicativa 33.

A Companhia adota como prática o pagamento de adicional por tempo de serviço para seus funcionários, tendo como base o período proporcional à data de admissão. Esse pagamento ocorre quando do gozo de férias de cada funcionário, considerando o salário base do mesmo.

Período	Percentual sobre o salário base
3 anos	40%
4 anos	50%
5 a 9 anos	75%
10 a 15 anos	85%
Após 15 anos	105%

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física, bem como não existem pagamentos com base em ações da Companhia.

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais	513	458	741	585
Total	513	458	741	585

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo, até a solução dos litígios a que estão arrolados.

17. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

	SEGMENTO AUTOMOTIVO				
	EQUIPO	QUINTA RODA	ITAIPU	ITAIPU NORTE	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	31.635	46.022	57.240	22.723	157.620
Distribuição de lucros	(3.000)	(6.000)	(6.000)		(15.000)
Juros sobre capital	(810)	(1.790)	(2.450)	(1.320)	(6.370)
Equivalência patrimonial	5.353	12.083	22.563	6.709	46.708
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	33.178	50.315	71.353	28.112	182.958

	SEGMENTO AGROPECUÁRIO			
	FARTURA	S. SEBASTIÃO	ITAPURA	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	65.829	36.147	27.799	129.775
Equivalência patrimonial	(697)	1.097	(764)	(364)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	65.132	37.244	27.035	129.411

	DESCONTINUADAS			
	SUPERÁGUA	SUMASA	OUTROS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	70	43	71	184
Aumento de capital	368			368
Equivalência patrimonial	(260)		35	(225)
SPC Copacaba			743	743
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	178	43	849	1.070

SALDO DOS INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011					313.439
--	--	--	--	--	----------------

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO	CONTROLADORA			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas operacionais				
Equipo	33.178	5.301	31.631	4.689
Itaipu	71.353	22.548	37.381	23.493
Quinta Roda	50.315	12.051	46.021	15.605
Itaipu Norte	28.112	6.706	22.723	4.399
Fartura	69.286	(1.265)	70.029	1.867
Itapura	31.757	(965)	32.654	116
São Sebastião	54.926	1.434	53.307	2.339
Controladas descontinuadas				
Superágua	178	(260)	70	(367)
Sumasa	43		43	(1)
Coligadas descontinuadas				
Metalplus (1)	(547)	(91)	(152)	(41)
Plenogás (1)	(1.208)	(230)	(326)	209

(1) É mantida provisão para passivo a descoberto da coligada, refletida na rubrica Outros passivos circulantes conforme nota explicativa 24.

PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS	CONTROLADORA					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Controladas operacionais						
Equipo	3.429.008	100,00		3.429.008	100,00	
Itaipu	4.303.152	100,00		4.303.152	100,00	
Quinta Roda	1.570.215	100,00		1.570.215	100,00	
Itaipu Norte	13.999.999	100,00		13.999.999	100,00	
Fartura	1.595.253	94,00	5,16	1.595.253	94,80	5,07
Itapura	24.504.557	85,13	14,87	24.504.557	85,13	14,87
São Sebastião (*)	11.166.742	67,81	32,19	11.166.742	67,81	32,19
Controladas descontinuadas						
Superágua	1.499.540.822	100,00		1.499.540.822	100,00	
Sumasa	1.840.249	100,00		1.840.249	100,00	
Coligadas descontinuadas						
Metalplus (**)	3.000	33,33		3.000	33,33	
Plenogás (**)	1.384.308	33,33		1.384.308	33,33	

(*) Ações - 01/01/2009 / Quotas - 31/12/2009 e 31/12/2010

(**) É mantida provisão para passivo a descoberto da coligada, refletida na rubrica Outros passivos circulantes, conforme nota explicativa 24.

18. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O saldo no valor de R\$ 32.004 do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 32.004), corresponde às propriedades para investimento e inclui dois terrenos que são arrendados para terceiros e à parte relacionada, para exploração de agropecuária. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 05 (cinco) anos e as renovações poderão ser negociadas futuramente com os arrendatários. O detalhamento das propriedades para investimento pode ser descrito a seguir:

Descrição das propriedades para investimento	Arrendatário	Arrendante	Parte relacionada	Prazo do contrato	Valor do aluguel
Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.375.600,762m2, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.	Márcio Milan de Oliveira e Outros CPF 081.113.558-66 Rua Dionísio Cachola nº 183 Vargem Grande do Sul - SP	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ 33.228.024/0001-51 Rua São José, 90 - 17º andar Centro - Rio de Janeiro - RJ	Não	5 anos, com vencimento em 31 de dezembro de 2011	Variável, de acordo com a produção
Lote 41, situado na Região designada por Campo Alegre, no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, com área de 4.296,00ha, com título ora em fase de registro junto à Matrícula 904 no Cartório do Registro de Imóveis de Santana do Araguaia - PA.	Fartura Agropecuária S.A. CNPJ05.427.471/0001-02 Rua São José, 90 - s/1704 Centro - Rio de Janeiro - RJ	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ 33.228.024/0001-51 Rua São José, 90 - 17º andar Centro - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 05 de maio de 2014	R\$ 36.000,00 mensais

Esses bens foram transferidos do ativo imobilizado para propriedade para investimento, uma vez que não eram mais utilizados, pela Companhia sendo decidido pela Administração que estes seriam arrendados. Adicionalmente para esses arrendamentos não ocorreram transferências de riscos e benefícios aos arrendatários.

O valor justo dos terrenos, conforme definido pelo CPC 28 – Propriedade para investimentos (IAS 40) foi mensurado com base em laudo de avaliação preparado pela Administração da Companhia por pessoal técnico especializado. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da amostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente. O resultado dessa avaliação totalizou R\$ 32.004, sendo R\$ 24.533 para o Imóvel rural localizado na Estrada Municipal JGR 365, Jaguariúna/SP, e R\$ 7.471, para o lote 41 situado na região designada por Campo Alegre, Santana do Araguaia/PA, gerando um acréscimo ao custo das propriedades para investimento no montante de R\$ 7.623, registrado no balanço consolidado. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio líquido da Companhia no grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes.

19. IMOBILIZADO

							CONTROLADORA	
							31/12/2011	31/12/2010
	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos		2.407	282			2.689		2.407
Edifícios e instalações	2% a 4%	590				590	(141)	468
Veículos	10% a 20%	1.139	161	(164)		1.136	(434)	748
Móveis e utensílios	10%	387	108	(399)		96	(9)	138
Obras em andamento			2.947			2.947		2.947
Outros	4% a 10%	157	4	(46)		115	(10)	147
Total		4.680	3.502	(609)		7.573	(594)	3.908

							CONSOLIDADO	
							31/12/2011	31/12/2010
	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos		142.648	12.707			155.355		142.648
Edifícios e instalações	2% a 4%	36.188	58	(41)	18	36.223	(8.767)	28.166
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	6.038	425	(108)		6.355	(2.884)	3.609
Veículos	10% a 20%	3.410	372	(338)		3.444	(1.529)	1.883
Móveis e utensílios	10%	4.869	839	(745)		4.963	(2.756)	2.270
Pastagens	5%	19.714		(2)		19.712	(3.910)	16.809
Bens e benfeitorias de terceiros		23		(18)		5		23
Obras em andamento			2.947			2.947		2.947
Outros	4% a 10%	1.696	237	(46)	(18)	1.869	(426)	1.376
Total		214.586	17.585	(1.298)		230.873	(20.272)	196.784

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de redução do valor recuperável dos ativos.

No terceiro trimestre, a Itaipu adquiriu uma área de aproximadamente 23.728 m², com frente para a BR 381, bairro Cidade Verde - zona urbana da cidade de Betim/MG - para construção de suas futuras instalações.

Os custos relativos à referida aquisição, estão a seguir discriminados:

Valor do bem	R\$ / Mil
Imóvel adquirido em 3 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 4.000 mil cada, sendo uma no ato e mais duas com vencimentos em 16 de setembro de 2011 e 17 de outubro de 2011, respectivamente	12.000
Outros custos	
ITBI	
Custas cartoriais	240
RGI	82
Total	91
	12.413

Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme a orientação prevista no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do

ativo imobilizado, principalmente para a classe de terras de fazendas (segmento agropecuário).

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela Administração da Companhia por pessoal técnico especializado. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da amostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

A Companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído para seus ativos imobilizados, relacionados a equipamentos e acessórios das empresas do segmento automotivo, basicamente formados por ferramentas e peças, visto que não identificou bens de valores relevantes com valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou redução do valor recuperável do seu ativo.

20. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

CONTROLADORA								
Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo	Deprec. acumulada	31/12/2011	31/12/2010
							Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	22				22		22	22
Direito ao uso de Software	10%	221	209	(145)	285	(93)	192	43
Total		243	209	(145)	307	(93)	214	65

CONSOLIDADO								
Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo	Deprec. acumulada	31/12/2011	31/12/2010
							Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	27				27		27	27
Direito ao uso de Software	10%	221	209	(145)	285	(93)	192	43
Fundo de comércio		8.920			8.920		8.920	8.920
Total		9.168	209	(145)	9.232	(93)	9.139	8.990

Desde 2006, através da controlada Itaipu Norte, a WLM vem explorando a concessão da marca Scania, nos Estados do Pará e Amapá. O fundo de comércio refere-se ao valor da “bandeira” adquirida pela WLM quando da aquisição dessa concessão.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis de seu ativo, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. No exercício de 2011, a WLM avaliou os montantes registrados e não identificou redução do valor recuperável do seu ativo.

21. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a pagar a fornecedores	376	249	34.043	31.770
Total	376	249	34.043	31.770

Os saldos de fornecedores estão representados principalmente por valores a pagar a Scania Latin-America.

22. CRÉDITOS DE CLIENTES

	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Créditos de clientes	5.626	53.575
Total	5.626	53.575

O saldo de R\$ 5.626 em 31 de dezembro de 2011 refere-se, principalmente, a créditos com a empresa Vale S.A., em decorrência de adiantamento para aquisição de caminhões pesados.

23. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 9.434 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 13.545). O detalhamento do cálculo de dividendo mínimo obrigatório está apresentado na nota explicativa 27.

O saldo da conta dividendos a pagar está assim representado:

	CONTROLADORA	
	31/12/2011	31/12/2010
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício	9.434	13.545
Parcela antecipada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 05/10/2010		(12.326)
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	916	1.001
Total	10.350	2.220

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES CIRCULANTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
SHV Gás Brasil Participações Ltda.	1.810	2.657	1.810	2.657
Plenogás	403	326	403	326
Metalplus	182	144	182	144
Outros	446	19	661	141
TOTAL	2.841	3.146	3.056	3.268

A Companhia responde solidariamente, perante *SHV Gás Brasil Participações Ltda.*, em processos documentados no anexo 9 – do contrato de venda de ações da *Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.*, datado de 07 de julho de 2004.

Dentre esses, constam duas ações (NFLD 32.798.011-6 e NFLD 32.708.012-4) originárias de fiscalização do INSS, que vinham sendo discutidas na justiça, no âmbito TRF 2ª Região.

Neste exercício, considerando a opinião do advogado patrono das causas e os benefícios da Lei 11.941/2009, as partes resolveram pela liquidação das referidas ações, em quarenta e uma parcelas mensais, atualizadas pela Selic.

A Companhia que responde por 63,48% desse montante contabilizou o valor de R\$ 3.575, do qual já foram liquidadas seis parcelas, restando um saldo de R\$ 3.202, sendo R\$ 1.098 registrados no circulante e R\$ 2.104 não circulante.

O total do circulante correspondente a R\$ 1.810 refere-se ao somatório de R\$ 1.098 contabilizado neste exercício e o valor de R\$ 712 relativo a outros processos, contabilizado no exercício anterior.

Os valores de Plenogas e Metalplus referem-se à provisão para perdas de investimentos nessas coligadas.

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A WLM e suas controladas são parte envolvida em processos judiciais e administrativos, os quais estão pendentes de julgamento.

Dentre esses processos, o montante de R\$ 12.017, na opinião de seus consultores jurídicos, tem expectativa de “*perda possível*”.

As causas com expectativa de “*perda provável*” referem-se à Controlada Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., e estão provisionadas como contingências para fazer face a eventuais perdas, quanto ao resultado desfavorável.

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo dessa provisão monta em R\$ 667, (31 de dezembro de 2010 - R\$ 667).

26. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis. Os valores apresentados são revisados anualmente.

Descrição	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda	20.790	21.445
Contribuição social	7.485	7.720
Total	28.275	29.165

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

· Capital social autorizado

Conforme deliberação da assembleia geral extraordinária, realizada no dia 23 de junho de 2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que estabelecerá sobre as condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais), através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal.

· Aumento de Capital

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 06 de abril de 2011, aprovou o aumento do capital da Companhia em R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) utilizando parte da reserva de investimentos, integrante do grupo de reserva de lucros, sem emissão de novas ações, passando o capital social de R\$ 137.375.435,61 (cento e trinta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos), para R\$ 177.375.435,61 (cento e setenta e sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos).

· Reservas

Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido:

.. Reserva de reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei 11.638/07, em bens próprios de suas controladas.

A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados.

No exercício de 2011 foi realizado o montante de R\$ 803 (em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 863).

.. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante).

No exercício de 2011 foi realizado o montante de R\$ 763 (em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 1.047).

.. Reserva de lucros

... Reserva legal

A Companhia constituiu a título de reserva legal o valor de R\$ 1.986 (2010 - R\$ 2.852), conforme definido no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no estatuto social.

... Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos

Conforme determina o estatuto social da Companhia nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do capital social. Neste exercício foi destinado o total de R\$ 28.300 (R\$ 40.635 – em 31 de dezembro de 2010) para as reservas mencionadas acima.

Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	CONTROLADORA	
	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	38.154	55.122
Realização da reserva de reavaliação e de ajuste de avaliação patrimonial	1.566	1.910
Lucro líquido do exercício ajustado	39.720	57.032
Reserva legal (5%)	1.986	2.852
Base de cálculo do dividendo obrigatório	37.734	54.180
Dividendos obrigatórios (25%)	9.434	13.545
Total de dividendos propostos	9.434	13.545

28. RESULTADO POR SEGMENTO DE ATIVIDADE

A WLM possui 02 segmentos operacionais, conforme descrito abaixo, que são as suas unidades de negócio estratégicas, onde atua na comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*.

SEGMENTO AUTOMOTIVO – através das concessionárias de veículos da marca **Scania: Equipo** (*Rio de Janeiro*), **Itaipu** (*Minas Gerais*), **Quinta Roda** (*São Paulo e Minas Gerais*) e **Itaipu Norte** (*Pará e Amapá*), com certificação mundial D.O.S. (Dealer Operating Standard) concedida pela Scania, pela excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente, a Companhia atua no seu principal negócio que é a comercialização de caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO – por meio da **Fatura** (*Sul do Pará*) e **São Sebastião** (*Norte do Mato Grosso*) atua na bovinocultura de corte; através da **Itapura** (*região de Campinas/SP*) na bovinocultura de leite e corte; e **Itapura** (*Sul de Minas Gerais*) na cafeicultura. Todas as atividades produtivas são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora.

Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das diretorias executivas.

Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes nos exercícios de 2011 e 2010.

Demonstrativo e conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos reportáveis:

	EXERCÍCIO DE 2011				EXERCÍCIO DE 2010			
	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO	SEGMENTO	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO	SEGMENTO	TOTAL
Operações continuadas								
Receita líquida de vendas e serviços		932.743	6.419	939.162		976.304	6.481	982.785
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(788.381)	(6.076)	(794.457)		(838.865)	(5.606)	(844.471)
Lucro bruto		144.362	343	144.705		137.439	875	138.314
Despesas operacionais, líquidas de receitas	(24.411)	(75.838)	(835)	(101.084)	(8.786)	(62.490)	3.785	(67.491)
Outras receitas	17.015	(1.560)	(303)	15.152	11.768	(4.901)	(338)	6.529
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(7.396)	66.964	(795)	58.773	2.982	70.048	4.322	77.352
Imposto de renda e contribuição social		(20.358)	(1)	(20.359)		(21.862)		(21.862)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(7.396)	46.606	(796)	38.414	2.982	48.186	4.322	55.490
Operações descontinuadas				(260)				(368)
Total	(7.396)	46.606	(796)	38.154	2.982	48.186	4.322	55.122

	EXERCÍCIO DE 2011				EXERCÍCIO DE 2010			
	ADMINISTRAÇÃO	AUTOMOTIVO	AGROPECUÁRIO	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO	AUTOMOTIVO	AGROPECUÁRIO	TOTAL
Ativo total de segmentos reportáveis		235.543	182.712	418.255		253.778	184.849	438.627
Outros ativos	143.123			143.123	129.354			129.354
Ativos descontinuados				228				129
Total do Ativo Consolidado	143.123	235.543	182.712	561.606	129.354	253.778	184.849	568.110
Passivo total de segmentos reportáveis		235.543	182.712	418.255		253.778	184.849	438.627
Outros ativos	143.123			143.123	129.354			129.354
Ativos descontinuados				228				129
Total do Passivo Consolidado	143.123	235.543	182.712	561.606	129.354	253.778	184.849	568.110

O segmento automotivo é o principal elemento de avaliação do resultado do desempenho da Companhia.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e da contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela administração.

29. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Honorários, salários e encargos	15.029	13.901	63.789	54.690
Serviços de terceiros	1.066	979	4.837	4.040
Manutenção predial e outros	70	72	3.102	2.195
Benefícios a empregados *	968	969	7.643	6.307
Aluguéis	1.159	489	2.325	1.577
Condução, viagens e estadas	120	99	3.105	2.465
Impostos, taxas e contribuições	751	564	1.357	1.186
Comunicações	117	119	1.559	1.626
Frota própria	120	119	563	373
Frete de terceiros			2.402	1.773
Manutenção de máquinas e equipamentos	85	84	1.162	1.021
Despesas com seguros	39	36	238	229
Anúncios e publicações	377	231	490	288
Propaganda, promoção e representação			587	382
Multas	17	135	21	139
Manutenção de obras de infraestrutura	1	1	211	127
Despesas gerais com rebanho			886	918
Depreciação e amortização	200	177	1.618	1.574
Outros	208	157	5.284	4.975
Total	20.327	18.132	101.179	85.885

(*) Refere-se a Plano de Saúde, Vale Refeição, Vale Alimentação e Vale Transporte.

30. RECEITAS FINANCEIRAS

Receitas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aplicação financeira	13.192	11.409	18.220	13.944
Descontos obtidos	1		104	633
Atualização monetária	3.119	622	3.124	697
Variação cambial	1.105	513	1.330	513
Juros diversos			444	245
Outras			17	119
Total	17.417	12.544	23.239	16.151

31. DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Juros	3	2	5.467	7.697
Descontos concedidos			1.758	1.320
Atualização monetária	171	15	558	380
Variação cambial	650	672	650	672
IOF			7	3
Rend. Negativo -				
Aplic. Estrangeira	88	78	87	78
Despesas bancárias	24	28	442	471
Total	936	795	8.969	10.621

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com as respectivas bases abaixo apresentadas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IMPOSTO DE RENDA				
Lucro antes do imposto de renda	38.171	55.128	102.876	124.415
Alíquota fiscal combinada de imposto de renda	15%	15%	15%	15%
Imposto de renda pela alíquota fiscal combinada	(5.726)	(8.269)	(15.431)	(18.662)
ADIÇÕES				
Reserva de reavaliação utilizada	(1)		(208)	(201)
Gratificações diretoria/encargos FGTS	(135)	(102)	(213)	(161)
Equivalência patrimonial			(33)	(100)
Depreciação - Lei 11.638			(20)	
Correção especial			(2)	
Juros sobre capital próprio	(955)	(701)	(955)	(701)
Perda de participação em controladas		(2)		(2)
Provisão para perdas em coligadas	(22)	(15)	(22)	(15)
Multas dedutíveis		(1)	(1)	(1)
Provisão para contingências	(27)		(27)	
Doações				(2)
Baixa de investimentos			(19)	
Outras Adições		(4)	(6)	(5)
EXCLUSÕES				
Equivalência patrimonial	6.913	7.824	6.913	7.824
Ganho de participação em controladas		1		1
Reversão da provisão para perdas em coligadas	9	41	9	41
Reversão da provisão para contingências fiscais		1.725		1.725
Reversão da provisão para perdas estoque rebanho				53
Juros sobre capital próprio			955	701
Avaliação de investimentos / outras				304
PAT			350	313
Exclusão do limite para aplicação do adicional do imposto de renda			(6.022)	(6.379)
Resultado	56	496	(14.730)	(15.276)
Compensação 100% com base negativa períodos anteriores			48	81
Imposto de renda no resultado do exercício			(14.849)	(15.777)
Ajuste do imposto de renda do exercício na DIPJ				(254)
Saldo negativo do imposto de renda (15%)	56	496	167	582
Imposto de renda apresentado			(14.849)	(16.131)
Alíquota efetiva			14,43%	12,68%

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Lucro antes da contribuição social	38.171	55.128	102.876	124.415
Alíquota fiscal combinada da contribuição social	9%	9%	9%	9%
Contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(3.435)	(4.962)	(9.259)	(11.197)
ADIÇÕES				
Reserva de reavaliação utilizada	(1)		(125)	(121)
Depreciação - Lei 8.200/91 - IPC 90	(2)		(15)	(12)
Gratificações diretoria / encargos FGTS	(81)	(61)	(128)	(96)
Equivalência patrimonial			(20)	(60)
Depreciação - Lei 11.638			(13)	
Juros sobre Capital Próprio	(573)	(421)	(573)	(421)
Perdas de participação em controladas		(1)		(1)
Provisão para perdas em coligadas	(13)	(9)	(13)	(9)
Multas inadutíveis				(1)
Provisão para contingências	(16)		(16)	
Doações				(1)
Baixa de investimentos			(11)	
IR e CSLL exercício anterior				(5)
Outras adições		(2)	(3)	(3)
EXCLUSÕES				
Equivalência patrimonial	4.148	4.694	4.148	4.694
Reversão da provisão para perdas em coligadas	6	24	6	24
Reversão da provisão para contingências fiscais		1.035		1.035
Reversão para perdas estoque rebanho				32
Juros sobre Capital Próprio			573	421
Avaliação de investimentos / outras				183
Resultado	32	297	5.450	5.539
Compensação 100% com base negativa períodos anteriores			34	49
Contribuição social no resultado do exercício			(5.510)	(5.831)
Saldo negativo da contribuição social no exercício (9%)	32	297	94	341
Alíquota efetiva			5,36%	4,69%

33. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores está apresentada uma parte na rubrica de Honorários da administração e outra na rubrica de Salários e encargos.

O quadro abaixo demonstra o valor da remuneração nos dois últimos exercícios:

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO							
ÓRGÃO	Nº de membros	31/12/2011			31/12/2010		
		Fixa	Variável *	Total	Fixa	Variável *	Total
		Salário	Bônus		Salário	Bônus	
Diretoria Executiva	2	3.686	1.314	5.000	3.355	1.000	4.355
Conselho de Administração	3	4.729		4.729	4.729		4.729
Total da remuneração	5	8.415	1.314	9.729	8.084	1.000	9.084

(*) Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

34. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício.

No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras. O quadro abaixo, apresentado em R\$, demonstra o cálculo do resultado por ação com base no lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Resultado básico por ação	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Ações em circulação	3.314.244	3.968.690	7.282.934	3.314.244	3.968.690	7.282.934
Total de ações em circulação	3.314.244	3.968.690	7.282.934	3.314.244	3.968.690	7.282.934
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	17.362.519,50	20.791.003,17	38.153.522,67	25.097.819,16	30.053.750,99	55.151.570,15
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	5,24	5,24		7,57	7,57	

35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

Adicionalmente, a Administração procede uma avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

As descrições dos riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

(i) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações com moeda estrangeira referentes a aplicações financeiras, conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8 que estão sujeitas a exposição de riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio (dólar) pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A Companhia não realizou contratos derivativos para proteger a exposição cambial.

(ii) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de moeda estrangeira, considerando que o cenário provável é a atualização do valor das aplicações em 31 de dezembro de 2011 pelas mesmas taxas de juros nestas datas, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a estas mesmas datas.

	CENÁRIOS		
	Provável	Possível	Remoto
Variação de risco	0%	25%	50%
CSN ISLAND IX	1.008	252	504
GTL TRADE FINANCE INC.	1.077	269	539
LEGG MASON GLOBAL FUND PCL BRANDYWINE GLOBAL	1.756	439	878
Total	3.841	960	1.921

(iii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8 as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge”/“swap” contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

(iv) Valor justo versus valor contábil

A Administração entende que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	CONTROLADORA			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	2.085	2.085	1.899	1.899
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	1.756	1.756	1.697	1.697
Total	3.841	3.841	3.596	3.596

	CONSOLIDADO			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	2.085	2.085	1.899	1.899
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	1.756	1.756	1.697	1.697
Total	3.841	3.841	3.596	3.596

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O quadro abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando como método de avaliação, preços cotados (não ajustados), em mercados ativos para ativos idênticos, classificados como nível 1.

	<u>CONTROLADORA</u>	<u>CONSOLIDADO</u>
31 de dezembro de 2011		
Ativo financeiro designado ao valor justo através do resultado	1.756	1.756
Ativos financeiros classificados como mantidos para a venda ao valor justo	2.085	2.085
Total dos ativos	3.841	3.841
31 de dezembro de 2010		
Ativo financeiro designado ao valor justo através do resultado	1.697	1.697
Ativos financeiros classificados como mantidos para a venda ao valor justo	1.899	1.899
Total dos ativos	3.596	3.596

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 8. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras conforme apresentado na notas explicativas 7 e 8.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em:

Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários – CDBs e Fundos de Investimentos (nota explicativa 8) como ativos financeiros mantidos para negociação, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo. Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia.

36. COBERTURA DE SEGUROS

A WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas controladas, possuem seguros contratados para veículos, bem como para as suas instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2011 totaliza, aproximadamente, R\$ 41.350 (R\$ 33.850 – 2010), quantia considerada suficiente, pela Administração da Companhia e seus corretores de seguros, para cobertura dos seus riscos operacionais.

		CONSOLIDADO
ITEM	TIPO DE COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA
Bens, benfeitorias e máquinas	Quaisquer danos materiais, edificações, máquinas, equipamentos, tais como: incêndios, queda de raios e explosão; danos elétricos; roubo ou furto qualificado de bens; vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo; e responsabilidade civil.	R\$ 15.070
Veículos	Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros.	R\$ 28.730
		R\$ 43.800

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Companhia.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião realizada no dia nove do mês de fevereiro de 2012, na sede da Companhia, o Conselho de Administração da WLM, aprovou a proposta da Diretoria para distribuição de dividendos, no montante de R\$ 15.513.202,06 (quinze milhões, quinhentos e treze mil e duzentos e dois reais e seis centavos), sendo R\$ 2,020 para cada ação ordinária e R\$ 2,222 para cada ação preferencial, a serem pagos a partir de 12 março de 2012. Do total dos dividendos em apreço, R\$ 9.433.870,01 (nove milhões quatrocentos e trinta e três mil, oitocentos e setenta reais e um centavo) serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício e R\$ 6.079.332,05 ao exercício social de 2011, ambos os valores *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

* * *

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

A DIRETORIA

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
Diretor Presidente

LUIZ FERNANDO LEAL TEGON
Diretor Vice-Presidente e
de Relações com Investidores

ÁLVARO VERAS DO CARMO
Contador
CRC/RJ 43.910/O-6